

ROMPENDO AS CERCAS DO LATIFÚNDIO: A ocupação da fazenda Marrecas e a formação do MST no Piauí

Gisvaldo Oliveira da Silva¹

Resumo

O presente artigo trata do processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Piauí, desencadeado com a experiência de ocupação da Fazenda Marrecas, um latifúndio improdutivo situado no município de São João do Piauí, a 493 km da capital Teresina. Nesse sentido, realizo uma análise da trajetória de mobilização das famílias camponesas para a ocupação da terra e das primeiras iniciativas para a organização do acampamento, entendido como momento em que as famílias socializaram experiências e organizaram a luta para a conquista definitiva da terra ocupada. A metodologia adotada para a construção deste artigo foi a da história oral, acrescida de análise bibliográfica e de fontes hemerográficas relacionadas à questão agrária brasileira.

Palavras-chave: Formação. MST. Piauí.

75

Abstract

This article deals with the process of formation of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra in Piauí, unleashed with the experience of occupation of Marrecas Farm, an unproductive large landholdings located in São João do Piauí, 493 km from Teresina capital. In this sense, realize an analysis of the trajectory of mobilization of peasant families for the occupation of land and the first initiatives for the camp organization, understood as a time when families socialized experiences and organized the fight for the final conquest of the occupied land. The methodology adopted for the construction of this article was the oral history, increased by bibliographical analysis and newspaper sources related to the Brazilian agrarian question.

Keywords: Formation. MST. Piaui.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor na rede particular de ensino em Teresina. E-mail: gisoliveira@yahoo.com.br.

São João do Piauí é um município localizado na região Sudeste do Estado do Piauí, distante 493 km da capital Teresina. Com uma população estimada em 19.540 habitantes, tem sua economia concentrada na agricultura familiar, na pecuária e, mais recentemente, no comércio, sendo uma das cidades mais importantes do Estado.¹ Cortado pela BR-020, que liga Fortaleza a Brasília, o município tem como uma de suas principais atrações a Praça Honório Santos, a maior do Piauí, com mais de 34 mil metros quadrados de área. É nesta praça que acontecem os festejos em homenagem ao seu Santo Padroeiro – São João Batista.

Em São João do Piauí encontra-se também uma das maiores subestações de energia do país, a Barragem do Jenipapo. Além disso, o município é um dos portais de entrada para o Parque Nacional Serra da Capivara, uma área de preservação arqueológica e ambiental constituída por centenas de sítios de pinturas rupestres, declarada patrimônio cultural da humanidade em 1991, pela UNESCO. Em Dissertação de Mestrado publicada em livro – *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900/1920*, a historiadora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (1994) situa São João do Piauí no período entre os primeiros colocados na produção e comercialização do látex de maniçoba.

Sua história insere-se no contexto do aparecimento de quase todas as povoações piauienses: a concessão de grandes extensões de terras a particulares, para implantação das fazendas de gado e cavalo, utilizadas para viabilizar a penetração e a consequente colonização das terras do sertão. Habitado inicialmente por famílias baianas e pernambucanas, o município tem sua origem na fazenda de gado “Malhada² do Jatobá”, que pertencera ao bandeirante Domingos Afonso Mafrense. A povoação começou às margens do rio Piauí, devido à existência de terras férteis na região. Elevado à condição de município em agosto de 1871, foi extinto e anexado a São Raimundo Nonato em junho de 1896, tendo sua autonomia restaurada em julho de 1906.³

Não por acaso, foi no território de São João que se efetivou a primeira ocupação de terras coordenada pelo MST no Piauí. As articulações para essa ação iniciaram em 1985, logo após a realização do *1º Congresso Nacional dos Sem Terra*, e estão associadas ao trabalho de setores católicos vinculados à luta pela terra, de sindicatos de trabalhadores rurais da região de Picos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que forneceram o apoio necessário à constituição do movimento no Estado.

A partir do 1º Congresso Nacional do MST, as CEB'S e a CUT passaram a fazer articulações e a formar lideranças no Sudeste piauiense. Havia na região uma luta de posseiros resistindo à expulsão. A preocupação do MST era justamente preparar uma primeira ocupação, para ser a base da formação do Movimento no Estado. Os agentes pastorais e outras entidades que atuavam na luta pela reforma agrária não incluíam a ocupação entre as formas de lutas locais.

¹ Fonte: IBGE/Censo Populacional 2010. IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008.

² Designação típica dos sertões de criar, que indica o local onde o gado se reunia ou era reunido para ruminar e dormir. Geralmente local medianamente alto, arejado e necessariamente protegido com árvores copadas de grande porte.

³ Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico>. Acesso em 05 julho de 2011.

*Até junho de 1989, o MST ainda não havia conseguido seu intento.*⁴

No contexto da luta pela reforma agrária, a ocupação pode ser vista como alternativa política diante das precárias condições de vida experimentada nos momentos de seca. Sob a perspectiva das autoridades governamentais, a seca é apresentada como um fenômeno cíclico da natureza, que provoca a ocorrência de uma escassez periódica na região do semiárido nordestino. Por outro lado, movimentos sociais como o MST consideram que a persistência da pobreza e a falta de infraestrutura adequada nessa região não são devidas ao clima, mas resultado da ausência de políticas sociais destinadas a contornar a situação de vulnerabilidade vivenciada pelos camponeses pobres. No livro *A Multidão e a História*, Frederico de Castro Neves analisa as interpretações formuladas sobre a seca e observa que:

[...] a seca pode ser entendida também a partir da idéia de que a “estrutura fundiária e econômica do Nordeste condena o pequeno produtor a cultivar apenas essas culturas de ciclo curto, sensíveis às variações do tempo e às chuvas irregulares”, que “não se adaptam ao meio físico”. As relações sociais, nesta outra perspectiva, tornam-se o ponto central na distribuição da riqueza social e se relacionam diretamente com a escassez, que, de certa forma, beneficia aqueles que controlam as linhas de força sobre as quais estas relações são produzidas, através da ampliação dos latifúndios nos momentos de seca e da redução periódica do valor comercial das culturas produzidas pelos pequenos pro-

*dutores num sistema de agricultura tradicional, onde se objetiva tão-somente obter uma precária “segurança alimentar”.*⁵

Em pesquisa junto à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tivemos acesso ao Processo Nº 157/89, que reúne informações sobre a desapropriação da Fazenda Marrecas, imóvel rural que pertenceu à empresa agropecuária ZEBUBRÁS, sendo posteriormente transformado num espaço de convivência social conhecido por *Assentamento Marrecas*. No referido processo, podemos encontrar relatórios de viagens, correspondências oficiais, documentos reivindicatórios e matérias de jornais, que permitem o conhecimento da formação histórica deste assentamento.

A articulação de sindicatos, movimentos e pastorais católicas envolvidos com a luta pela terra no Piauí pode ser comprovada através de documento reivindicatório encontrado no referido processo. Neste documento, assinado por representantes de 23 sindicatos de trabalhadores rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e várias organizações católicas com atuação em Teresina e na região de Picos, as entidades denunciam a concentração de terras no Estado e o descaso quanto às condições de vida da população camponesa:

O Piauí é ainda, um Estado eminentemente agrário [...] Os dados do Censo Agropecuário de 1980, dão conta que dos 25 milhões de hectares de terras que o Estado possui, algo em torno de 9 milhões se prestam às

⁴ MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 188.

⁵ NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 154.

*atividades agrícolas. Porém, essa mesma fonte informa que desses 9 milhões de hectares aptos para a agricultura, apenas 995 mil estão efetivamente ocupados com lavoura. O restante faz parte da imensa quantidade de terras que neste Estado constitui o latifúndio improdutivo: mácula política, chaga social e deterioração econômica. Muito embora ocupe pouco mais de 19% da área agricultável do Estado, são as pequenas propriedades, aquelas com até 100 hectares de terras que respondem por mais de 69% da produção agrícola.*⁶

Os primeiros passos para a formação do MST no Piauí foram dados durante a XI Assembleia Estadual da CPT, realizada em 04 de novembro de 1985. Na ocasião o militante Justino Rafagnim, articulador do MST no Parnará, “fez um confronto da situação brasileira com a caminhada das organizações no Piauí”.

Após sua exposição, as questões levantadas foram discutidas em grupos e os presentes concluíram pela seguinte avaliação:

*[...] não estamos preparados. O número das pessoas conscientizadas é pouca e falta organização. Por outro lado, vimos que precisamos reforçar o trabalho das CEB’S, a luta por um sindicalismo autêntico, a formação de lideranças sendo que o importante é partir de ações concretas.*⁷

Na mesma Assembleia, Dom Augusto Alves da Rocha, Bispo da Diocese de Picos e presidente nacional da CPT,

saudou a todos os presentes com uma reflexão sobre a conjuntura política do país. Em tom de empolgação, o missionário assim se expressa:

*Vivemos um momento especial na história do Brasil e não podemos perder as oportunidades de espaços que se abrem para lutar por uma sociedade justa, pois temos fé e acreditamos na dignidade humana. Devemos incorporar na nossa vida o projeto de vivermos como irmãos e de lutar pelo bem de todos.*⁸

A fala de Dom Augusto evidencia o caráter do trabalho pastoral da CPT, centrado no incentivo à organização política dos camponeses pobres, apoiando e se somando a eles em suas lutas e reivindicações. Por isso a CPT sempre se envolveu com as mobilizações em favor da reforma agrária. Este compromisso de acompanhar os camponeses em suas lutas explica o papel ativo da CPT na formação do MST no Piauí.

O processo que marca o início da história do MST no Piauí é narrado por agentes pastorais que atuavam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’S) e ajudaram na articulação da primeira ocupação do movimento. É o caso de Maria Gorete Souza, responsável por acompanhar o militante que veio articular o MST no Estado. Em entrevista, ela comenta sobre sua trajetória e o processo de gestação do movimento.

Comecei em 1986, quando ainda militava nas comunidades eclesiais de base. Era ligada à igreja Católica em Oeiras, no Piauí, onde morava. Nessa época, organizações ligadas à igreja estavam trabalhando para que

⁶ INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 05.

⁷ Ata da XI Assembleia Estadual da CPT-PI. 04 de novembro de 1985. Comissão Pastoral da Terra - Regional Piauí. Arquivo sem catalogação.

⁸ Ata da XI Assembléia Estadual da CPT-PI. 04 de novembro de 1985. Comissão Pastoral da Terra - Regional Piauí. Arquivo sem catalogação.

o MST fosse conhecido em todo o Brasil. Fiquei responsável, em minha paróquia, por acompanhar o trabalho da pessoa que veio organizar o MST no Piauí. A partir do momento em que conheci os objetivos do movimento – que eram lutar por uma sociedade sem explorados e exploradores e pela reforma agrária –, me identifiquei. Naquele período, já lutava por uma sociedade mais justa, queria construir um Brasil diferente. Onde vivia, a pobreza, a miséria e a exploração me deixavam infeliz. Achava que era preciso construir algo diferente e o MST me deu essa possibilidade. [...] Vi o movimento pequeninho, ir crescendo, crescendo até ser o que é hoje.⁹

No que diz respeito à influência exercida por setores católicos, Maria Gorete confirma o apoio dado pela CPT no processo de formação e organização política do MST no Piauí. Conforme explicitado em sua narrativa:

O Movimento Sem Terra iniciou no Piauí em 85, logo após o Congresso Nacional do Movimento Sem Terra em 85, começou então uma articulação aqui no Piauí, e essa articulação ela se deu no início basicamente através da CPT, a CPT que articulou o Movimento Sem Terra no início. [...] A CPT deu toda a sua estrutura sim, sua estrutura para fazer a articulação do Movimento. Então veio uma pessoa do Paraná, que se chamava Justino e a mulher dele que eu não me recordo o nome, se era Paula ou Ana, vieram para o Piauí para começar a articular o Movimen-

to Sem Terra. Essa articulação se dava basicamente nos encontros da CPT, então onde a CPT tinha articulação o Justino ia até lá para fazer reunião, explicar o que era o Movimento Sem Terra, quais eram os objetivos do Movimento Sem Terra, ele participava das reuniões que a igreja fazia, articulada pela CPT, ou mesmo pela paróquia na qual ele ia.¹⁰

Seguindo as orientações de sua XI Assembleia Estadual, a CPT passou a articular famílias camponesas na região do semiárido piauiense,¹¹ através de visitas e reuniões em comunidades e áreas de conflito. As atividades eram organizadas com a participação de representantes do MST e visavam preparar o terreno para a primeira ocupação do movimento. Além disso, a CPT investiu nos chamados *mutirões de evangelização*, eventos em que os padres abriam espaço para que se falasse sobre a trajetória do MST e a importância de sua organização no Piauí.

[...] nesses mutirões de evangelização, tirava um tempo, aí o Justino falava o que era o Movimento Sem Terra. A partir daí se discutia é possível organizar o Movimento Sem Terra aqui? Existe sem terra aqui? E obviamente tinha muito sem terra. Então a partir desse primeiro contato, dessa primeira articulação, foi surgindo as comissões municipais que nós começamos a organizar lá no Pi-

⁹ SOUSA, Maria Gorete. Entrevista. **Luta pela terra:** além de ocupar as terras, precisamos ocupar as letras. Edição Especial. São Paulo: IBASENET, 2005. Disponível em: <http://www.ibase.org.br>. Acesso em 20 dez 2010.

¹⁰ SOUSA, Maria Gorete de. **Entrevista referente à Pesquisa Memorial**, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.

¹¹ Região caracterizada pela ocorrência de chuvas irregulares. No Piauí essa região abrange 125.692 km² – dos 252.378 km² totais do Estado – ocupando boa parte do setor central e sul, fazendo fronteira com os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, e correspondendo a 13,96% da área do semiárido brasileiro. (Cf. Carvalho e Oliveira, 2010, p. 18).

auí. Então essas comissões municipais eram compostas por lideranças da igreja. [...] Quando eu digo assim lideranças da igreja eu estou falando dos leigos, das comunidades de base. [...] Os padres eles cumpriram o papel no sentido de dar o espaço para fazer as reuniões.¹²

O trabalho de mobilização se fazia, ainda, através de cursos de formação política, organizados com o objetivo de estimular o engajamento das famílias camponesas na luta pela reforma agrária. Nos cursos as famílias articulavam estudos teóricos com a realidade social em que estavam inseridas, discutindo temas como a história da luta pela terra e o funcionamento da sociedade capitalista.

Qual era a nossa tarefa básica no movimento naquele momento? Era fazer cursos, nós fizemos muitos cursos sabe, aqueles cursinhos de base de uma semana, de final de semana, estudar como funciona a sociedade, a história da luta pela terra, a questão política, a questão sindical, a questão da América Latina. Então a gente trabalhava muito essa questão da formação política. [...] A militância do Movimento Sem Terra no início, basicamente tinha essa tarefa, essa tarefa de ir para outros municípios, para as comunidades, organizar as comissões, os núcleos nas comunidades, fazer cursos de base.¹³

A partir dessas iniciativas, foram surgindo as primeiras comissões de trabalho, formadas por pessoas que atuavam nas fileiras da CPT e das CEB'S.

Aos poucos o trabalho de base foi gerando lideranças e incrementando a consciência da organização dos camponeses para a busca de soluções coletivas. O desafio que se apresentava era reunir um número significativo de famílias dispostas a participar da experiência da ocupação. De acordo com Morissawa, entre outubro de 1988 e janeiro de 1989 ocorreram eventos importantes no Estado, que foram fundamentais para a concretização dessa ação.

Até junho de 1989, o MST ainda não havia conseguido seu intento. Nesse intervalo, houve eventos importantes no Estado. A 1º Romaria da Terra, em Oeiras, promovida pela CPT, contou com a participação de 8 mil trabalhadores, em outubro de 1988. Foi realizada em dezembro do mesmo ano uma manifestação em frente à sede do Mirad, em Teresina, reivindicando a regularização das posses e a implantação de assentamentos. Em janeiro de 1989, sem-terra organizados pelo MST e pela CPT ocuparam a Assembléia Legislativa para pressionar os deputados a votarem contra a venda de 450 mil hectares a grupos privados.¹⁴

Após quase cinco anos de trabalho de base, o MST realizou sua primeira ocupação no Piauí. O ato aconteceu no dia 10 de junho de 1989, quando 120 famílias vindas dos municípios de Picos, Paulistana, Padre Marcos, Pio IX, Dom Expedito Lopes, Itainópolis, Oeiras e Simões, entraram na Fazenda Marrecas ou Zebulândia, uma área de 10.506,6 hectares, situada no município de São João do Piauí. Adquirida pela empresa agro-

¹² Ibidem.

¹³ SOUSA, Maria Gorete de. **Entrevista referente à Pesquisa Memorial**, maio de 1997. Cedita a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.

¹⁴ MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 188.

pecuária ZEBUBRÁS, esta fazenda tinha sido beneficiada com financiamento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para a exploração de gado bovino. Todavia, na época da ocupação estava desativada, pois o Governo havia suspenso o financiamento.¹⁵

O jornal *Diário do Povo*, fundado em setembro de 1987 pelos empresários Aerton Cândido Fernandes e Clementino Costa, com o apoio do então governador Alberto Silva¹⁶, publicou reportagem especial sobre a ocupação organizada pelo MST, destacando a situação de abandono em que se encontrava a Fazenda Marrecas.

De acordo com relatórios encontrados na casa principal da fazenda, na propriedade desenvolvia-se a criação de gado, tendo funcionado até fevereiro de 1987, quando depois foi abandonada pelo pecuarista Fernando Brasileiro. Os 10.604 hectares em sua maioria foram desmatados para a plantação de capim, estão cercados e divididos em piquetes. Próximo a uma lagoa, situada às margens do Rio Piauí, funcionava a sede da fazenda, onde contém além da casa principal, outro poço jorrante, 14 casas – uma espécie de conjunto habitacional para os funcionários – um galpão para máquinas e um curral. Todas essas benfeitorias estão abandonadas. Segundo os trabalhadores da ocupação, na área a empresa agropecuária Zebubrás desenvolvia com apoio da Sudene, a criação de bovinos e ovinos. A explicação sobre o abandono revela que o pecuarista Fernando Brasileiro desistiu da fa-

*zenda tão logo a Sudene tenha deixado de custear sua manutenção.*¹⁷



Foto 1: As 14 casas da área de ocupação em completo abandono. **Fonte:** Jornal *Diário do Povo*. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.

Às 13 horas da tarde, após uma longa e cansativa viagem, as famílias chegaram ao local da ocupação em caminhões superlotados. Traziam consigo roupas, utensílios domésticos, alguns gêneros alimentícios e a esperança de conquistar a “terra prometida”. Sobre a chegada das famílias, o depoimento de uma assentada é bastante esclarecedor:

A ocupação se deu no dia 10 de junho de 89, quando a gente chegou no Capim Grosso, era uma hora da tarde. A gente já vinha um pouco desconfiado: “onde era mesmo esse local?” Todo mundo com sede, com fome, criança já chorando, e a gente já preocupado se não ia chegar. E a gente chegou naquele local onde tinha um poço jorrante com muita água, aí muita comida que o pessoal trazia. E a gente, a partir daquele momento, a gente achou que a vida já teria mudado, que a gente já ia viver uma vida nova, uma vida coletiva. É muito difícil, mas a gente conseguiu, naquele período eram 120 famílias, e a gente acabou... algumas

¹⁵ Conforme explicitado no processo de desapropriação da Fazenda Marrecas.

¹⁶ Engenheiro civil que governou o Piauí por duas vezes (1971 a 1975, indicado pela ARENA; 1987 a 1991, eleito pelo PMDB).

¹⁷ Jornal *Diário do Povo*. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.

*peças ainda conseguiram ir embora, mas a maioria ficou, é quem resiste até hoje.*¹⁸

A imagem seguinte ilustra os momentos iniciais da formação do acampamento.



Foto 2: Localidade Capim Grosso, onde foi erguido o acampamento logo após a entrada das famílias camponesas na terra. **Fonte:** Imagem extraída de vídeo produzido pela direção nacional do MST em 1989.

Após o conhecimento formal da ocupação, a Chefia de Recursos Fundiários do INCRA promoveu uma reunião com representantes das entidades que articularam a ocupação e a direção central do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), onde foi proposto o deslocamento das famílias para imóveis de domínio do INCRA ou do INTERPI. A referida proposta foi apresentada e discutida pelas famílias acampadas que, por unanimidade, rejeitaram o remanejamento e decidiram permanecer na área ocupada.

Em 13/06/89, uma comissão de agricultores compareceu ao INCRA/PI, quando comunicou ao representante do Sr. Superintendente Regional o fato consumado de uma

invasão no imóvel Zebulândia, envolvendo cerca de 120 (cento e vinte) famílias e patrocinada pelo MST/PI. [...] Posteriormente, houve uma reunião realizada na sede do INCRA/PI em 21/06/89, desta vez com os seguintes representantes: João Alfredo Gaze (INCRA), José Maria Madeira (INCRA), João Batista Dias (INTERPI), José de Ribamar da Silva Seabra (INTERPI), José Ribamar Pedrosa (INTERPI), Francisco Elias de Araújo (MST/PI), Inácio José dos Santos (MST/PI), Pe. Hermeto Mengarda (CPT), Luís Balbino (CUT) e José Olímpio da Silva Moura (PT - Partido dos Trabalhadores). Em clima de cordialidade, os que falavam pelos trabalhadores rurais (MST/PI, CPT, CUT e PT) solicitaram urgentes providências com vistas à desapropriação do imóvel invadido, mesmo porque a situação das famílias invasoras era de total desconforto; [...] Em nome do Governo, os representantes do INCRA e do INTERPI, após explicar ser a desapropriação um processo que demanda lapso de tempo razoavelmente dilatado, propuseram o deslocamento das famílias para áreas de propriedade dos órgãos, podendo haver a escolha entre os municípios de Castelo do Piauí, Canto do Buriti – PI, e até mesmo S. João do Piauí – PI, onde o INTERPI possui um imóvel. Os representantes do Movimento dos Sem Terra MST/PI se comprometeram a discutir o proposto diretamente com os acampados. [...] finalmente, a decisão unânime dos acampados em permanecer na terra. Ao rejeitarem o remanejamento proposto pelos órgãos do Governo, responderam em forma de uma palavra de ordem, entoada a plenos pulmões: “decidimos é aqui, ocupar e resistir”, “ocupar, resistir

¹⁸ JESUS, Arcanja Pedrina de. **Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva.** São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

e produzir”, e Reforma Agrária, esta luta é nossa”.¹⁹

Em matéria intitulada “Trabalhadores ocupam latifúndio improdutivo”, o jornal *Diário do Povo* aponta as razões que teriam motivado as famílias acampadas a recusarem o remanejamento proposto pelos órgãos do Governo:

*A versão dos trabalhadores é de que as áreas propostas são muito distantes da ocupação, além da qualidade ruim das terras oferecidas. “A intenção do Incra é conciliar, evitar o conflito, deixar as coisas como estão, para que a terra não cumpra sua função social, continue improdutiva e também abandonada, como é o caso desta que estamos ocupando”, disse um dos representantes da comissão de negociação da ocupação.*²⁰

83

Chama atenção a maneira como o jornal *Diário do Povo* apresenta a posição das famílias acampadas. O trecho em evidência parece sugerir a ideia de neutralidade, ou seja, uma imagem do periódico como veículo que fornece ao leitor uma visão imparcial dos acontecimentos. Entretanto, Vernieri explica que este jornal “foi criado por um grupo de empresários locais para apoiar o governo Alberto Silva”²¹, que estava em pleno exercício de mandato no período da ocupação. A mesma autora informa ainda que:

Um fato bastante relevante na história dos meios de comunicação do

*Piauí, foi a implantação de uma prática adotada, em 1971, pelo governador do Estado Alberto Silva, “o qual passou a subsidiar os órgãos de comunicação com verbas públicas”. Tornou-se comum o sistema de “cotas”.*²²

Construir a imagem de “imparcialidade” seria uma estratégia do jornal para tentar esconder seu vínculo com a política governamental e, ao mesmo tempo, uma jogada política para ampliar sua expressividade e, assim, alcançar uma melhor colocação na preferência da população.

Sobre a posição do proprietário da fazenda, os técnicos do INCRA relatam que o mesmo optou por não tomar qualquer atitude em relação às famílias acampadas, preferindo aguardar o pronunciamento dos órgãos governamentais, bem como afastar do local as pessoas a ele ligadas.

*Conforme explicou o representante da propriedade, o já citado sr. José Wilson, o proprietário reserva-se uma atitude de cautela: nenhuma ação desenvolveu, até o momento, em relação ao fato, aguardando o pronunciamento das autoridades para, só então, agir. O próprio sr. José Wilson foi orientado a não se aproximar da área do acampamento, o mesmo se aplicando ao vaqueiro que reside na fazenda.*²³

O jornal O DIA também repercutiu a ocupação do MST, destacando o apoio concedido por setores da Igreja Católica, notadamente agentes pastorais ligados às CEB’S e à CPT. É o que podemos observar em matéria publicada

¹⁹ INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 28 e 29.

²⁰ Jornal *Diário do Povo*. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.

²¹ VERNIERI. Sâmia de Brito Cardoso. História da Propaganda e da Publicidade no Piauí. In: **Cader- nos de Teresina**, Ano XVIII, Nº 38, agosto, 2006, p. 52.

²² *ibid.* id.

²³ INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 31 e 32.

por este periódico, na edição do dia 13 de junho de 1989.

Com o slogan 'ocupar, resistir e produzir', a invasão de terras ociosas no interior do Estado está sendo organizada por uma entidade denominada Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Piauí, com o apoio de setores progressistas da igreja católica. O coordenador do movimento, Elias Araújo, afirmou que as invasões são uma consequência do não cumprimento da reforma agrária pelo governo. A primeira ação organizada pelo Movimento Sem Terra aconteceu no último dia 10, no município de São João do Piauí. [...] Os invasores levados pelos líderes do Movimento Sem Terra em caminhões para São João vem dos municípios de Simões, Paulistana, Padre Marcos, Oeiras, Bocaina e Dom Expedito Lopes, áreas onde as Comunidades eclesiais de Base (CEBs) têm maior organização no Estado. Nos municípios existe um trabalho pastoral sistemático feito por agentes e religiosos da Diocese de Picos, dirigida pelo bispo Augusto Rocha, presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).²⁴

A propósito, convém um breve comentário sobre o teor da matéria em referência. Ao utilizar as expressões *invasão e invasores*, o jornal deixa transparecer a ideia de que a ação realizada pelo MST representaria um ato de ilegalidade. Sendo assim, o periódico trata os sem-terra como transgressores da ordem, como grupo de pessoas que teriam

cometido crime, afirmando uma versão parcial do acontecimento.

Em outra matéria sobre a ocupação, o mesmo jornal destaca a posição do presidente da União Democrática Ruralista (UDR) no Piauí, Miguel Area Leão Filho, que reage defendendo o direito da propriedade da terra, afirmando que as ações do MST teriam uma motivação desordeira e político-partidária.

A estratégia da entidade é defender o direito de propriedade através da Justiça de maneira "veemente". A cada invasão haverá uma reação. Pedimos imediatamente reintegração de posse na Justiça. [...] as invasões de terras promovidas pelo Movimento dos Sem Terra têm como objetivo criar conflitos com a Polícia e beneficiar a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (PT) para a Presidência da República.²⁵

O trecho citado possibilita inferir uma tentativa de criminalização do MST por parte da UDR, entidade criada em 1985 com o objetivo de contrapor o avanço da luta empreendida pelos camponeses sem-terra. A acusação feita pelo representante da entidade no Piauí, vinculando as ações do MST à campanha do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, remete ao contexto de redemocratização do país marcado por um intenso debate sobre a questão fundiária. Em 1988 foi decretada e promulgada a nova Constituição Federal, que instituiu a reforma agrária como meta política obrigatória. Para tanto, toda propriedade que não cumprisse com sua função social deveria ser desapropriada para o assentamento de famílias sem-terra. Porém, conforme evidencia Filho "a bancada ruralista continuou assegurando seus interesses e direcionando po-

²⁴ Jornal O DIA. Teresina, 13 de junho de 1989, p. 5.

²⁵ Jornal O DIA. Teresina, 15 de junho de 1989, p. 8.

líticas públicas para os grandes produtores rurais”.²⁶ Como desdobramento desse contexto, o autor explica que:

*As eleições de 1989 foram determinantes para o aumento das ocupações de terra, que em relação ao ano anterior apresentou crescimento de 21,12% e famílias em ocupações, quase dobrando com um aumento de 93,97%, evidenciando que os movimentos camponeses estavam fortalecendo suas lutas, querendo participação ativa nos governos e que as ocupações de terra deveriam ser encaradas como um sinal de que a população demandava a realização da reforma agrária e transformações políticas no país que sinalizassem a realização da reforma agrária e melhores condições de vida.*²⁷

85

Em relatório de viagem da equipe técnica designada pela Superintendência Regional do INCRA, que se deslocou ao município de São João do Piauí com o objetivo de vistoriar a área ocupada, técnicos do órgão atestam o pioneirismo do MST em terras piauienses, reconhecendo a legitimidade da luta pelo acesso à terra. Na avaliação técnica classificam a propriedade como improdutiva e passível de desapropriação segundo previsão constitucional.

De fato, esta é a primeira incursão dos sem terra em plagas piauienses, havendo perspectivas plenas de ser o início de um ciclo. Por outro lado, o desejo de possuir terra é por natureza legítimo e, de qualquer forma, a propriedade é um latifúndio por explora-

*ção, ao alvo, portanto, das intervenções previstas constitucionalmente.*²⁸

A respeito das providências para a desapropriação do imóvel ocupado, os técnicos do INCRA fazem menção a um telex da Direção Nacional do MST, encaminhado ao então Ministro da Agricultura, Iris Resende, no qual o Movimento informa sobre a decisão das famílias em permanecer na terra e de uma possível disposição do proprietário em negociar a área. Cautelosa, a equipe técnica propôs que fosse confirmada a veracidade das informações, a fim de melhor subsidiar a decisão do órgão. Ainda assim, a equipe admitiu a possibilidade de uma intervenção com fins expropriatórios.

*Uma informação recente, que pode facilitar os acontecimentos, está contida no telex do Sr. Isaías Vedovatto, da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, segundo o qual, “o próprio proprietário está disposto a negociar a área”. A ser um fato, nenhuma dúvida há sobre a validade de uma vistoria com fins expropriatórios, paralelamente à negociação com o titular do imóvel. Sugere-se, então, o contato formal com proprietário, para definir taxativamente sua real posição acerca do problema.*²⁹

No início de outubro de 1989, quatro meses após sua primeira investida, o MST promoveu a ocupação de mais um latifúndio na região de São João do Piauí. Dessa vez na Fazenda Agropecuária Lisboa, de 9.976,6 hectares. Segundo Morissawa, “150 famílias a ocuparam e começaram a fazer suas

²⁶ FILHO, José Sobreiro. **Ocupações de terra no Brasil (1988-2010):** uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. Universidade Estadual Paulista, 2011, p. 12.

²⁷ Ibidem, p. 13.

²⁸ INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 32.

²⁹ INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989, p. 32.

roças”.³⁰ A partir das ocupações de Marrecas e Lisboa, o MST se expandiu para outras regiões do Estado, onde foram articuladas novas ocupações.

A formação do acampamento representa uma nova etapa na luta pela terra. É nesse espaço que as famílias reorganizam seus viveres e preparam a luta para a conquista definitiva da terra. É um momento de transição em que surgem muitos desafios e dificuldades. Nesse sentido, os primeiros tempos em Marrecas foram bastante difíceis. Não bastasse a fome e o sol castigante que caracteriza o sertão piauiense, as famílias ainda tiveram que enfrentar a rejeição da população são-joanense, que, a princípio, mostrou-se indiferente ao drama das famílias camponesas.

*No primeiro momento, não tinha apoio da sociedade. Que a sociedade não conhecia, não sabia que história era aquela, chamava nós de ‘invasores’ e não sei de quê. A gente se sentia um pouco chateada, mas na verdade eles tinham uma razão pra que aquilo pudesse acontecer, né? Que eles não tinham conhecimento o que que era mesmo a luta pela terra, que que era a reforma agrária... Então isso aconteceu. Depois a gente foi virando o jogo, né? E conseguimos ganhar a sociedade, a sociedade entendeu porque a gente tava ali, porque que a gente fez aquilo e aí começou a vir as ajudas, né?*³¹

Após a ocupação da Fazenda Marrecas, as famílias logo trataram de montar o acampamento, seu novo ambiente social, de onde iniciariam uma

nova experiência de vida. Ao mesmo tempo constituíram equipes de trabalho com atribuições delimitadas. É o que podemos constatar em matéria do jornal *Diário do Povo*, publicada nos dias 10 e 11 de setembro de 1989:

*Os trabalhadores da ocupação são provenientes de oito municípios da região de Picos. [...] São pequenos arrendatários, posseiros, meeiros e moradores de periferias de cidades. Chegaram ao local em 4 caminhões. A primeira iniciativa foi a divisão do trabalho para levantar o acampamento, depois formação de equipes de trabalho: alimentação, produção, segurança, negociação, formação, saúde, educação e uma equipe de coordenação geral do acampamento.*³²

As famílias permaneceram acampadas por cinco anos. A firme determinação de permanecer na terra transformou em realidade o sonho de homens e mulheres que historicamente estiveram alijados do acesso à terra. O Projeto de Assentamento Marrecas foi criado pela portaria 426, de 30 de junho de 1994, sob o regime de compra e venda. Para o Departamento Rural da CUT no Piauí, a venda da terra para o INCRA teria representado mais uma forma de lucro para o proprietário da fazenda, como informa o jornal *Diário do Povo*:

Segundo o Departamento Rural da CUT no Piauí, o fazendeiro tem “o maior interesse” que seja feita a desapropriação, porque poderá lucrar novamente às custas do dinheiro do povo; a primeira foi quando através de empréstimos e incentivos fiscais da Sudene estruturou a fazenda, e agora depois do abandono, poderá requerer

³⁰ MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 188.

³¹ JESUS, Arcanja Pedrina de. **Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva**, São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

³² Jornal *Diário do Povo*. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p. 4.

*do governo além do valor da terra a indenização das benfeitorias.*³³

Após 26 anos da ocupação, as famílias do Assentamento Marrecas produzem alimentação suficiente para sua sobrevivência e a população local, sendo esta área reconhecida como uma das mais produtivas do Estado. A atividade econômica prioritária é a agropecuária. As culturas predominantes são feijão, milho, arroz, tomate, abóbora, melancia, banana, goiaba e caju. Atualmente o Assentamento Marrecas possui uma boa infraestrutura. Todas as casas são de tijolo, com rede de água, eletrificação, torre com captação de sinal telefônico fixo, estrada em bom estado de conservação, escola que oferece toda a educação básica, sistema de irrigação, dentre outros.

Fazendo-se sujeitos na luta pela terra, os camponeses que participaram da experiência de ocupação da Fazenda Marrecas contribuíram para fazer emergir no Piauí um sujeito social e político: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Um sujeito não homogêneo, que representou para eles uma alternativa para a conquista da terra naquele momento.

Referências e fontes

CARVALHO, Rosângela Ribeiro de; FILHO, José Sobreiro. **Ocupações de terra no Brasil (1988-2010): Uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra.** Universidade Estadual Paulista, 2011.
MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.
NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: Saques e outras ações**

de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

OLIVEIRA, João Evangelista Santos. **O Sonho Construído em Mutirão: Uma experiência de convivência com o semiárido.** Cáritas Brasileira Regional do Piauí, 2010.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí: 1900-1920.** Teresina: Ed. da Universidade Federal do Piauí. Academia Piauiense de Letras, 1994.

VERNIERI, Sâmia de Brito Cardoso. História da Propaganda e da Publicidade no Piauí. In: **Cadernos de Teresina**, Ano XVIII, Nº 38, agosto, 2006.

Fontes Orais

JESUS, Arcanja Pedrina de. **Depoimento concedido a Gisvaldo Oliveira da Silva.** São João do Piauí, 28 de novembro de 2008.

SOUSA, Maria Gorete. Entrevista. **Luta pela terra: além de ocupar as terras, precisamos ocupar as letras.** Edição Especial. São Paulo: IBASENET, 2005. Disponível em: <http://www.ibase.org.br>. Acesso em 20 de dezembro de 2010.

SOUSA, Maria Gorete de. **Entrevista referente à Pesquisa Memorial**, maio de 1997. Cedida a este pesquisador pela Coordenação Estadual do MST – PI.

Periódicos

Jornal O DIA. Teresina, 13 de junho de 1989.

Jornal O DIA. Teresina, 15 de junho de 1989.

Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989.

Documentos Consultados

Ata da XI Assembleia Estadual da CPT-PI. 04 de novembro de 1985. Co-

³³ Jornal Diário do Povo. Teresina, 10 e 11 de setembro de 1989, p.4.

missão Pastoral da Terra – Regional Piauí. Arquivo sem catalogação.

IBGE/Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008.

IBGE/Censo Populacional 2010.

INCRA/PI, SR (24). Processo de desapropriação da Fazenda Marrecas, 1989.

Sítios eletrônicos visitados

<http://www.ibase.org.br>.

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico>.